

Fora do corpo:
judeus e mouros nas *Siete Partidas* e nas Ordenações Afonsinas.

Vinicius Silva Conceição

Monografia de Graduação
Brasília, dezembro de 2011

Fora do corpo:
judeus e mouros nas *Siete Partidas* e nas Ordenações Afonsinas.

Monografia apresentada ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília para a obtenção do grau de bacharel em História, sob a orientação da Prof.^a Dra. Maria Filomena Pinto da Costa Coelho. Banca examinadora: Prof. Dr. Vicente Dobroruka e Prof.^a Dra. Maria Eurydice de Barros Ribeiro. Data da defesa: 13 de dezembro de 2011.

Vinicius Silva Conceição

RESUMO: Esta monografia tem por objetivo estudar as lógicas internas do discurso normativo aplicado a mouros e judeus na Península Ibérica, no final da Idade Média, com base em dois corpos jurídicos: as *Siete Partidas* (séc. XIII) e as Ordenações Afonsinas (séc. XV). A análise dos documentos permite afirmar a proeminência do modelo corporativo como referencial que orienta a argumentação tanto do exercício como da submissão ao poder, constatação que permite questionar aquelas interpretações que insistem em descobrir nesses mesmos corpos jurídicos o prenúncio da centralização do poder em bases ‘absolutistas’. A dinâmica política da sociedade corporativa possibilita também compreender a existência de grupos sociais não-cristãos, como judeus e mouros, em uma perspectiva um pouco diferente daquela que enfatiza somente a segregação e a perseguição. Trata-se de uma realidade mais complexa que revela, para além das leis restritivas – vestuário, moradia e penas –, direitos e reconhecimento jurídico daqueles que estavam “fora do corpo”, mas que acabavam sendo entendidos pela lógica corporativa.

SUMÁRIO

Introdução	5
Capítulo 1 – Reflexões acerca do objeto de estudo e da historiografia.	6
Capítulo 2 – Jurisdição.	14
Capítulo 3 – Restrições ao outro para proteger o modelo cristão.	23
Conclusão	33
Referências	34

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo estudar os mouros e os judeus, por meio das lógicas do discurso de dois documentos jurídicos considerados fundamentais para se conhecer o poder na baixa Idade Média ibérica: as *Siete Partidas* e as Ordenações Afonsinas. O primeiro corpo normativo é oriundo do reino de Castela (século XIII), e o segundo do reino de Portugal (século XV).

Embora os dois *corpora* tenham sido amplamente tratados pela historiografia, bem como a vida de mouros e judeus na Península Ibérica, nosso intuito é propor uma abordagem que os junte numa perspectiva da cultura política da época, ou seja, da sociedade corporativa. Nossa maneira de olhar para esses *corpora* não parte do pressuposto de que se trata de uma legislação emanada de um poder central forte (proto-moderno; precocemente centralizado; tipo absolutista...), e tampouco procuramos comprovar nesses documentos a situação de desvantagem das minorias judaicas e mouras. Queremos apenas saber como se desenvolve a argumentação jurídica, entre dois séculos, no que se refere àqueles que estão fora do corpo político.

A maneira como se processava a relação dos ditos grupos com as lógicas internas do discurso normativo cristão será explicada sob a perspectiva teórica do modelo da sociedade corporativa, uma referência política de longa duração. Com base nessa concepção teórica, buscaremos entender como os mouros e os judeus constituíam, eles próprios, corpos políticos na sociedade ibérica.

Alguns aspectos serão especialmente importantes, como as lógicas que justificam a segregação, mas também o respeito à jurisdição dos ditos *infiéis indesejados*. Serão apontadas, ainda que brevemente, os problemas de algumas explicações historiográficas de teor institucionalista e as possibilidades de outras abordagens de cunho mais político-cultural. O confronto entre a historiografia e os documentos permitiu-nos formular algumas perguntas: os mouros e judeus eram sempre perseguidos? As leis aplicadas a estes grupos eram somente punitivas? Como se processava a relação entre os monarcas e as comunas mouras e judaicas?

Enfim, tentaremos, por meio dos documentos, responder a tais perguntas.

Capítulo 1

Reflexões acerca do objeto de estudo e da historiografia

As Ordenações Afonsinas constituem um dos principais corpos legislativos da história jurídica ibérica. Compiladas no reinado de Dom Afonso V, suas origens, como projeto, remontam ao reinado de D. João I, no final do século XIV, muito embora se possa dizer que elas reúnem práticas e discursos sobre a justiça muito mais antigos e impossíveis de datar.

Divididas em cinco livros, abordam questões de cunho cível, penal, criminal, público, privado e teológico. O livro II, foco de nossa análise, contém títulos referentes a mouros e judeus. Os temas, objetos jurídicos da legislação referente a esses grupos, abrangem jurisdição, moradia, segregação (física e social), penas e questões teológicas.

A importância das Ordenações Afonsinas não se restringe somente a seu significado para a organização interna do reino português no século XV, mas estende-se na longa duração. Sua relevância para a história do direito português é extraordinária, por servir como base primordial para as legislações subsequentes, as Ordenações Manuelinas e as Ordenações Filipinas.

O nosso segundo *corpus* documental é um corpo normativo castelhano, datado do século XIII: *Las Siete Partidas*. Este corpo jurídico tem vigência na Espanha até o século XIX, servindo ainda como ponto de referência para muitos aspectos nas Cortes de Cádiz¹. Dividida em sete livros, as chamadas *partidas*, foram compiladas e redigidas no reinado de D. Alfonso X. Apesar de estar enquadrado em outro contexto temporal, é evidente sua influência sobre as Ordenações Afonsinas, o que constitui mais um alerta a se somar a tantos outros que apontam para os cuidados que a historiografia deve ter no tocante a abordagens de cunho nacionalista, que submetem a Península Ibérica medieval a lógicas de fronteira que apenas seriam realidade muito mais tarde.

1.1 Metodologia

O presente trabalho é o desdobramento de dois projetos de Iniciação Científica (PROIC- 2010 e 2011) nos quais se estudou de maneira específica cada um dos referidos

¹ NIETO SORIA, J.M. O medievo na origem do constitucionalismo espanhol. In: FONSECA, C.; RIBEIRO, M.E.; COELHO, M.F. (Ed.). *Por uma longa duração: perspectivas dos estudos medievais no Brasil*. Atas da VII Semana de Estudos Medievais (PEM-UnB). Brasília: Casa das Musas, 2010, p.15-36

corpos jurídicos. O primeiro projeto de pesquisa foi dedicado à compreensão das lógicas internas do discurso jurídico aplicado aos mouros e aos judeus nas Ordenações Afonsinas, sob a perspectiva do modelo da sociedade corporativa. Nesse trabalho tentamos precisar os limites das esferas jurisdicionais nas quais estes grupos estavam inseridos, as interferências recorrentes nestas fronteiras, os métodos de segregação (“apartamento”) do convívio na sociedade cristã e seu papel como habitantes no reino.

O segundo projeto de pesquisa, dedicado ao estudo das *Siete Partidas*, teve por objetivo analisar as mesmas lógicas internas sob a ótica da teoria da sociedade corporativa com o intuito de compreender como esse *corpus* castelhano influenciara na elaboração das Ordenações Afonsinas. Como dito acima, é inegável que os reinos espanhóis – principalmente o de Castela – e o reino português partilhavam um mesmo espaço, onde as idéias e os modelos políticos circulavam. É notório e conhecido que as *Siete Partidas* exerceram influência na jurisprudência portuguesa, aspecto nem sempre levado em consideração pela historiografia. Portanto, o objetivo do segundo trabalho foi perceber as lógicas jurídicas internas comuns aos dois corpos jurídicos.

Nesta monografia pretende-se fazer uma análise comparativa, com base em uma seleção temática prévia realizada sobre as Partidas e as Ordenações: o livro II das Ordenações Afonsinas e a sétima partida das *Siete Partidas* – seções que contam com leis e títulos específicos sobre mouros e judeus. Entretanto, em termos metodológicos, é preciso dizer que a seleção só foi realizada depois da leitura da totalidade da documentação, para tentar primeiro compreender as lógicas internas do discurso, a própria idéia de corpo político e jurídico, que abrangia temas das mais diversas naturezas.

A leitura foi acompanhada de um processo de elaboração de um glossário do português e do castelhano dos documentos, o qual se encontra disponível na internet para livre acesso. Depois, tentamos sistematizar as informações extraídas da documentação, com a catalogação de temas recorrentes – jurisdição, vestimenta, moradia, interferências, crimes contra Deus, crimes contra o rei, etc. – e os títulos concernentes a cada um dos temas. Esta foi a base para a atividade final que consistia na elaboração de pequenos textos referentes a cada tema, os quais serviram para a elaboração da conclusão final.

1.2 Organização interna dos corpos normativos

A essência jurídica dos dois documentos em questão difere, não no que se refere aos princípios, mas quanto à lógica interna do texto. Como veremos mais à frente, as Ordenações Afonsinas diferem das *Siete Partidas* à medida que estas além de sua natureza legislativa apresentam notório caráter doutrinal. São recorrentes questões teológicas e a evocação daquilo que Le Goff denomina *exempla*.

Este autor afirma que *exemplum* é uma ‘historinha’, dada como verídica e destinada a inserir-se num discurso (em geral um sermão) para convencer um auditório através de uma lição salutar. A história é curta, fácil de guardar, e convence². Apesar de Le Goff estudar as *exempla* em seu âmbito oral, aplicadas especificamente aos usurários, podemos estender o conceito às *Siete Partidas*. Ao longo de seus títulos e leis, o discurso apóia-se frequentemente em histórias referentes a mouros e judeus com o intuito de demonstrar, pelo exemplo, a sua natureza “odiosa”.³

As Ordenações Afonsinas, diferentemente das *Siete Partidas*, aparentam um viés legislador mais acentuado. Seus títulos são mais extensos e minuciosos no que tange ao ordenamento do reino. Em sua maioria, possuem a seguinte estrutura: evocação da memória dos gloriosos antepassados do monarca, apresentação da situação referente ao tema e os problemas advindos dessa situação, enunciação de uma norma referente à situação e o estabelecimento de uma pena em caso de descumprimento da norma.

As *Siete Partidas* não têm a mesma aparência no que diz respeito ao ordenamento de suas leis. Entretanto, as leis são mais específicas e menos padronizadas quanto aos mouros e judeus. As primeiras leis nas seções referentes a cada um desses povos realizam uma brevíssima referência às respectivas histórias, explicam-se as razões teológicas que fundamentam as leis subsequentes, de maneira bastante doutrinal. Basicamente, é este o fio condutor comum da narrativa jurídica dedicada a mouros e judeus.

Depois, aparecem títulos mais específicos referentes a cada grupo – com algumas leis comuns a ambos, embora possam diferir quanto ao grau da regra. Claramente, ambos são indesejáveis para a sociedade ibérica, mas o discurso aponta razões históricas e teológicas para que não sejam bem vistos nesta sociedade.

² LE GOFF, Jacques. *A bolsa e a vida*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2007, p. 16.

³ Podemos notar isto na Ley 2, referente aos judeus, que narra como eles, nos dias de sexta-feira santa, roubam crianças e as crucificam para escarnecer da morte de Jesus Cristo. Las *Siete Partidas*. Setena partida, título 24, Ley 2: *En que'mancra denen fazer su vida los Judíos entrelos Christianos, e quales cosas non deven usar, nin fazer, segund nuestra Ley; e que pena mercaren los que contra ello fizieren*.

As Ordenações Afonsinas, por sua vez, consideram mouros e judeus pessoas jurídicas quase idênticas, sem distinções quanto à sua natureza religiosa, colocando-os na condição equivalente de indesejáveis. Os títulos aplicados aos mouros estendem-se também aos judeus, com poucas exceções como veremos adiante.

A organização física e semântica do corpo normativo, a forma correlata como os títulos são localizados dentro do mesmo livro, oferece indícios acerca do ordenamento jurídico da época⁴. Notamos que a organização dos temas sugere uma aparência de natureza social, mas com fundamento teológico. Isto não ocorre somente porque os grupos em questão são de religiões distintas ao cristianismo, mas à própria natureza ‘ordenadora’ da religião cristã.

O cristianismo não é somente uma religião. Suas características e história estão diretamente conectadas ao propósito de ordenar a sociedade. Além de questões teológicas e transcendentais, possui uma função social de servir como modelo comportamental com aspirações universais. Determinar aos grupos indesejados o que se deve e o que não se deve fazer, os espaços que podem frequentar, delimitar suas esferas jurisdicionais são maneiras de precisar o correto modelo a ser seguido pelos habitantes dos reinos cristãos.

A influência das *Siete Partidas* sobre as Ordenações Afonsinas é notória, da mesma forma que é evidente como o cristianismo constitui a referência primordial à elaboração das normas. Entretanto, notamos que os suportes fáticos – conjunto de elementos de fato previstos abstratamente na norma – não são os mesmos nas duas documentações. As Ordenações Afonsinas são mais abrangentes quanto aos suportes fáticos, pois trazem para o *corpus* jurídico maior gama de casos concretos do que as *Siete Partidas*, as quais dedicam mais espaço às questões teológicas. Por sua vez, as consequências jurídicas – que estabelecem a vantagem a ser conferida a um dos sujeitos e a desvantagem a ser aplicada a outro – são de certa maneira equivalentes. Isto se deve aos princípios cristãos que orientam ambas as documentações, e ao fato de que a ordenação da coletividade esteja diretamente relacionada à proteção do modelo cristão.

⁴ Embora se refira a outra época e temática, é bastante esclarecedora a reflexão de SILVA JÚNIOR, Waldomiro L. *Apontamentos sobre a tradição legal portuguesa a respeito da escravidão negra na América*. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/63.63.pdf>. Acesso em: 01 nov 2011. “(...) as leis relacionadas aos cativos mouros constavam do livro II das *Ordenações Afonsinas* e *Manuelinas*, que era dedicado aos bens eclesiásticos, nas *Ordenações Filipinas*, as lei concernentes aos escravos negros passavam a constar do Livro IV, que dizia respeito ao direito civil substantivo, e sobretudo, do Livro V, que cuidava do direito criminal e das respectivas punições. Desse modo, a legislação relacionada à escravidão deixava de ser subordinada ao campo religioso e passava a ser integrada ao campo relacionado ao comércio e ao direito penal” p. 5.

1.3 Historiografia

A presença de mouros e judeus nos reinos cristãos medievais constitui um dos temas históricos mais estudados, e, ao mesmo tempo, aquele que parece sofrer mais da falta de rigor científico, e que inspira análises apaixonadas. Portanto, tais estudos, mais do que soluções interpretativas, constituem problemas historiográficos. As principais controvérsias decorrem de análises anacrônicas que transpõem categorias e conceitos analíticos inaplicáveis ao modelo de organização sociopolítico medieval.

Por um lado, como veremos mais adiante, as análises são guiadas pelo ponto de vista da perseguição a mouros e judeus e de sua segregação radical da sociedade cristã. Por outro lado, há trabalhos que se guiam em direção diametralmente oposta, com o intuito de demonstrar que, em determinados momentos da Idade Média, esses grupos e os cristãos conviviam de maneira pacífica; um olhar quase idílico sobre cidades como Toledo, ‘conhecidas’ pela sua grande tolerância no que se refere à convivência entre cristãos, mouros e judeus.

À primeira tipologia junta-se uma via interpretativa já tradicional da historiografia ibérica que é a da “fundação” do estado moderno. Essa historiografia apresenta Portugal e Espanha como pioneiros na fundação do estado moderno, centralizado politicamente. De forma geral, retomam a categorização weberiana de racionalização do Estado, retomada posteriormente por Habermas, que afirma que o núcleo organizativo do estado moderno caracteriza-se, entre outros aspectos, pela introdução de um central e contínuo sistema tributário, um comando militar centralizado, pelo monopólio do uso da violência e por uma administração burocrática.⁵ A teoria de Max Weber pode ser sistematizada de maneira resumida por Reinhard Bendix, que determina quatro características essenciais para o estado ser considerado moderno, na perspectiva weberiana:

- 1) uma administração e uma ordem jurídica, na qual as alterações se dão por normas; 2) uma administração militar, na qual os seus serviços realizam-se em concordância com rigorosos deveres e direitos; 3) monopólio de Poder sobre todas as pessoas, tanto sobre as que nasceram na comunidade quanto aquelas que estão nos domínios do território; 4) legitimação da aplicação do Poder nos limites do território por concordância com a ordem jurídica.⁶

⁵ HABERMAS, Jürgen. *Theorie des Kommunikativen Handelns*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988. v. 1, p. 226-227. *Apud* MALISKA, Marcos A. Max Weber e o Estado Racional Moderno. Disponível em: <http://www.cejur.ufpr.br/revista/artigos/001-2sem-2006/artigo-02.pdf>. Acesso em: 02 nov 2011.

⁶ BENDIX, Reinhard. Max Weber: *Das Werk. Darstellung, Analyse, Ergebnisse*. Trad. do original em inglês para o alemão por Renate Rausch. München: Piper, 1960, p. 317. *Apud* MALISKA, *op. cit.*

Inspirados por estas categorias, muitos historiadores que analisaram a presença de mouros e judeus na Península Ibérica percebem somente a faceta opressiva da qual os grupos eram objeto e detêm-se especialmente no terceiro princípio que enuncia o monopólio de poder sobre todas as pessoas. O tema foi especialmente importante para historiadores portugueses e espanhóis, por constituir um dos cerne da história medieval e moderna ibérica, por exemplo, como estratégia historiográfica para afirmar a centralização do poder monárquico, como no caso da expulsão desses grupos no final da Idade Média.

A historiografia espanhola e portuguesa, em alguma medida, possui acentuado caráter nacionalista e institucionalista. As guerras de *reconquista* são muito caras à história nacional destes países, pois juntamente às grandes navegações, posição geográfica e especial capacidade mercantil, conformariam um quadro de esplendor dos reinos ibéricos. Após o “advento” do estado moderno – simbolizado em Portugal pela Revolução de Avis (1383-1385) e na Espanha pela união das coroas de Castela e Aragão (1479) – a historiografia tradicional parece buscar na perseguição e na segregação dos mouros e judeus ainda ali remanescentes, uma prova a mais da efetividade do poder do estado centralizado e cristão, o qual sob esta nova perspectiva não reconhecia jurisdição específica a estes grupos.

Podemos notar, então, que a historiografia tradicional, devido às suas concepções institucionalistas e promotoras da idéia de um estado “precocemente centralizado”, propõe uma leitura dos documentos medievais – principalmente daqueles identificados como jurídicos – que reforça o *a priori*. Com relação às Ordenações Afonsinas e às *Siete Partidas*, observamos uma forte tendência a utilizá-las como a comprovação ‘do que se quer provar’. Normalmente, selecionam-se trechos que aludem à exclusão e à segregação dos grupos mouro e judaico, e silenciam-se os títulos concernentes à jurisdição e direitos dos infieis. Mas, ainda assim, aquilo que muitas vezes é identificado como “segregação”, requereria uma reflexão histórica sobre o conteúdo do conceito, que certamente não é o de hoje.⁷

A obra clássica do direito português de Marcelo Caetano nos permite analisar outra faceta da questão relativa às medidas restritivas, quando afirma serem estas medidas responsáveis pela existência da desigualdade da ordem social e política, mas que também

⁷ Por exemplo, numa interpretação sobre as restrições do vestuário nas Ordenações Afonsinas: “o exame da legislação da monarquia portuguesa nos permite pensar que o uso da vestimenta dos mouros constituía um signo de infâmia. Embora diferente da discriminação visual imposta aos judeus, o porte obrigatório de aljubas e albernozes era também um sinal infamante.”. MACEDO, José Rivair de. *Os sinais da infâmia e o vestuário dos mouros em Portugal nos séculos XIV e XV*. p.24

contribuem para a manutenção da autonomia jurídica e administrativa da comuna judaica, paralelamente à reafirmação da segregação.⁸ Ao mesmo tempo em que a legislação determina a preponderância do modelo cristão naquele meio social, ela garante os direitos adquiridos e a esfera jurisdicional dos mouros e dos judeus.

A historiografia tradicional peca no momento em que lança mão de categorias históricas anacrônicas para analisar o período medieval, como os tipos weberianos acerca do estado, que se complementam com um olhar nacionalista. Além disso, opta por uma interpretação dos documentos que parte de idéias pré-concebidas a respeito do tema, silenciando o que as fontes têm a dizer.

Entretanto, a leitura dos documentos propicia um panorama bastante mais complexo e nuançado. Notamos nas Ordenações Afonsinas, principalmente, que os “indesejados” não eram somente apartados da sociedade. Atuavam sob uma esfera jurisdicional, o que lhes garantia certa autonomia. Além disso, em muitos temas nos quais acreditavam terem sido prejudicados, recorriam ao poder régio com o intuito de receberem mercês e justiça.

O tema referente a estas relações entre o monarca e os mouros e os judeus será abordado de maneira mais aprofundada nos capítulos subseqüentes. Neles tentaremos mostrar a maneira como mouros e judeus eram contemplados pelo corpo normativo. Analisaremos as esferas jurisdicionais nas quais estavam inseridos, esferas estas que limitavam em determinados aspectos o alcance do poder do monarca. Como exemplo, apontamos a impossibilidade da lei régia alcançar os costumes religiosos mouros e judaicos. Proibiam-se as conversões forçadas, assim como a presença de judeus em audiências régias aos sábados, ou que oficiais régios resolvessem conflitos internos das referidas comunidades.

É bem verdade, que há algum tempo, a historiografia portuguesa e espanhola vem apresentando alguns sinais de renovação. Em Portugal, por exemplo, António Manuel Hespanha tende a combater a visão tradicional sobre o estado moderno, como detentor do monopólio da força sobre todos aqueles que vivem no reino. Sob a perspectiva do modelo da sociedade corporativa, o poder régio na Idade Média é absoluto, mas em um sentido estritamente superior e não totalizante. Ao monarca cabe o papel de garantir a cada uma das ordens o que lhe é de direito. Garantir o pleno funcionamento do corpo social, preservando as autonomias e fazendo justiça nos momentos em a harmonia do corpo é afetada. Isto nos

⁸ CAETANO, Marcello. *História do direito Português*. Lisboa: Editorial Verbo, 1985, p.507. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf5/texto2.pdf>. Acesso em: 02 set 2011.

leva a perceber que o papel do monarca estava muito mais ligado ao ato de fazer justiça, preservando os direitos adquiridos, que era a essência da política medieval.

No modelo corporativo, amplamente recuperado por este autor, a sociedade cristã é representada como um corpo, no qual cada parte deve cooperar de forma diferente para que o corpo funcione bem como um todo.⁹ Nesta sociedade, as diferentes ordens agiam de maneira diversa e esta diferença era concebida como parte de um modelo originário ou “natural” de organização social, modelo cujo exemplo visível era a dispersão e autonomia relativa das funções vitais do próprio corpo humano.¹⁰

A noção de indivíduo, própria do pensamento da modernidade, tão cara ao nosso pensamento político contemporâneo, não existe no mundo medieval. Quando lemos nas Ordenações Afonsinas as comunas judaicas requerendo ao monarca alguma revisão de pena em casos específicos, é a comuna que atua em nome de toda a ordem judaica e não o judeu (indivíduo) que age de maneira particular, por se sentir lesado em seus direitos individuais. Desta maneira, o estudo da lógica do discurso, das estratégias discursivas, dos argumentos discursivos nos dois corpos normativos é de fundamental importância, pois a partir deles podemos notar a representação da ordem e da relação dos grupos e pessoas com essa ordem.

⁹ HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político em Portugal (séc.XVII). Coimbra: Almedina, 1994. p. 299-314.

¹⁰ *Idem*. p. 297.

Capítulo 2

Jurisdição

A historiografia, que tem por objeto o estudo da presença de mouros e judeus na Península Ibérica na Idade Média, de forma geral, conduz sua análise por dois caminhos: no primeiro, procura na documentação referente ao período indícios e evidências da perseguição a esses grupos indesejados; no segundo caminho, em contrapartida, busca demonstrar que as relações entre mouros, judeus e cristãos processava-se de maneira pacífica e harmoniosa, configurando a possibilidade histórica da convivência entre as três religiões.

Com relação ao primeiro tipo de análise, ressaltam-se as medidas restritivas aplicadas, como o apartamento físico em judiarias e mourarias, regulamentação sobre o vestuário, horários de circulação pela cidade e pagamento de impostos específicos à sua condição de infieis. Essa abordagem, portanto, tem por objetivo demonstrar que os cristãos mantêm com os mouros e judeus uma relação opressora. Ao mesmo tempo, é possível perceber que essa historiografia apresenta também um viés do tipo weberiano de concepção de estado, institucionalista, no qual se destaca a supremacia da autoridade sobre a sociedade, e se despreza qualquer outro tipo de organização do poder.¹¹

No segundo tipo de análise, toma-se um caminho completamente oposto. Recorre-se ao exemplo de cidades medievais emblemáticas, como Toledo, para interpretar a convivência entre os diferentes grupos religiosos sob uma perspectiva pacífica, quase idílica. Acerca disto, Jérôme Baschet¹² afirma que o termo convivência, consagrado pela historiografia, pode ser descrito a partir do momento em que se entende que os judeus formam uma minoria tida por dominada, mas aceita, com a qual existem formas admitidas de inter-relação. Isto lhes permite ocupar funções na corte, como médicos ou administradores fiscais. Os historiadores desta corrente destacam a enorme efervescência

¹¹ Ao discutir as características do Estado no Antigo Regime, António Manuel Hespanha afirma “a palavra «Estado» tem hoje elementos denotativos e conotativos determinados, oriundos das vivências políticas actuais. Assim, denota exclusivismo e ilimitação de Poder, centralização, secularização, prossecução do interesse público (...). “É indiscutível que muitos destes elementos denotados ou conotados não fazem parte do modelo constitucional do Antigo Regime nem do seu imaginário.” HESPANHA, António Manuel (coord.) *O Antigo Regime (1620-1807)*. In: MATTOSO, J. (dir). **História de Portugal**, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993, p. 8-15. Entendemos que, com mais razão, esses argumentos críticos, aplicam-se às considerações sobre o estado na Idade Média.

¹² BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006, p. 237.

cultural destas cidades e seus admiráveis níveis de tolerância, utilizando estes fatores como elementos explicativos de grandes feitos históricos, *a posteriori*, como as grandes navegações. Afirmam, por exemplo, que um dos fatores responsáveis pelos reinos ibéricos terem sido capazes de explorar o Atlântico foi a grande contribuição cultural dos mouros, que detinham amplo conhecimento em diferentes áreas do saber, inclusive naval¹³.

Entretanto, ao estudarmos os documentos da época, notamos que a convivência entre os grupos ‘indesejados’ e os cristãos organizava-se de maneira muito mais complexa do que esse viés dicotômico apresentado por boa parte da historiografia. Embora encontremos medidas que restringiam (ordenavam) a presença dos ditos grupos no espaço público, contudo, eles eram entendidos dentro de uma esfera jurisdicional que lhes garantia autonomia relativa em assuntos considerados importantes de sua identidade jurídica. A convivência entre os grupos era uma realidade, mas não se pode dizer exatamente que fosse pacífica. Aliás, é bom lembrar que nem sequer a convivência entre cristãos era pacífica; tratava-se de uma sociedade guerreira e concorrencial. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que tolerância não é sinônimo de respeito mútuo ou harmonia. As relações eram complexas, e da mesma maneira que os cristãos abusavam do poder e cometiam crimes contra os judeus, os judeus também cometiam crimes contra os cristãos.

Neste capítulo temos por objetivo analisar esta complexa rede de relações que é possível descobrir por meio dos documentos: de que forma se entendiam as perseguições e restrições, mas também compreender a jurisdição que abrangia os grupos mouro e judaico, perceber seus limites e fronteiras e as conseqüentes interferências jurisdicionais.

2. A autonomia relativa nas Ordenações Afonsinas e nas *Siete Partidas*.

2.1 Judeus

Presentes desde tempos imemoriais na Península Ibérica, os judeus foram incorporados socialmente e realizavam atividades fundamentais para o funcionamento da sociedade, como o comércio e a medicina.

¹³ Ver CARDAILLAC, L. (org.). *Toledo, séc. XII-XIII*. Muçulmanos, cristãos e judeus: o saber e a tolerância. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1992.

O fato de serem incorporados ao cotidiano e de realizarem atividades importantes não significa que os judeus deixassem de ser ‘indesejados’. Ainda assim, constituíam grupos sociais em estreita relação com o corpo político dos cristãos, e foi lhes garantida uma esfera jurisdicional própria de atuação.

Exemplo disso, encontramos nas Ordenações Afonsinas, quando se determina que em questões inerentes ao âmbito interno da organização social e religiosa de mouros e judeus, a competência jurídica cabia aos magistrados escolhidos pelo próprio grupo em questão. Podemos notar tal lógica no título LXXXI, o qual trata de como o Raby-Mor dos judeus deve usar de sua jurisdição:

“pera veermos a jurdiçom(...) mandamos a todos os noffos juizes, e Corregedores das Comarcas(...) que nom conheçam de nenhuu feito Cível, nem Crime, que feja antre Judeo, e Judeo de qualquer eftado, e condiçom que feja(...) que fejam viftos, e defembargados per elle, ou per feus, ou per feus Ouvidores, e feelados do noffo feello, que o dito Arraby Moor trouver.”¹⁴

Portanto, os conflitos entre judeus que fossem de alçada cível ou criminal deveriam ser resolvidos pelo próprio magistrado da comuna judaica, o rabi-mor. Da mesma maneira que os oficiais régios deveriam respeitar a jurisdição judaica, exigia-se o mesmo dos judeus. O judeu que preferisse a justiça cristã, à sua própria, deveria pagar mil dobras de ouro¹⁵. Entretanto, o poder destes magistrados não era ilimitado. O rei continuava a ser a última instância no que tangia à resolução das contendas e querelas que ocorriam entre seus súditos.

Por meio do discurso jurídico das Ordenações Afonsinas, percebe-se que o monarca não dispensava leis de maneira unilateral. Ele observava os requerimentos das comunas dos mouros e dos judeus, como o reconhecimento de uma esfera jurisdicional de atuação. Interessante título referente a esta temática é o número LXXV, o qual proíbe que os judeus compareçam armados à presença do rei, e caso incorressem em tal erro, perderiam as armas e a comuna judaica devia pagar a quantia de mil dobras de ouro. Diante dessa punição, a comuna recorre ao rei afirmando que a Ordenação era muito

“odiofa, porque nom parecia coufa razoada, que por huu Judeo levar huã arma a femelhantes jogos, e autos fem culpa da Comuna, Ella ouveffe de pagar taõ

¹⁴ Ordenações Afonsinas, Livro II, Título LXXXI: De como o Arraby Moor dos Judeos, e como outros Arrabys devem d’husar de suas Jurdiçooens. Pág. 477

¹⁵ Ordenações Afonsinas, Livro II, Título LXXXI: De como o Arraby Moor dos Judeos, e como outros Arrabys devem d’husar de suas Jurdiçooens. Pág. 477

grande pena (...) huu Fidalgo, ou Cavalleiro falaria com alguu Judeo feu acoftado, que aos ditos jogos levaffe alguma arma pera defpois nos pedir a dita pena, do que a dita Comuna nom feria em culpa alguã.”¹⁶

Ao requerimento, o rei responde que por

“por nos parecer razoada, acordamos de emendar desta maneira; a saber, quando algum judeu em semelhantes jogos,(...) levar alguma arma das sobreditas, sem mandado, mandamos que tal judeu seja nosso cativo, e seus bens todos nosso(...) e a dita Comuna não haja pena alguma”.¹⁷

Assim, é importante notar que os judeus estavam inseridos em uma esfera jurisdicional com magistrados próprios, não lhes sendo vedado o requerimento à justiça cristã em casos de impasse ou medidas ‘desrazoadas’. Por outro lado, o monarca exerce plenamente como o juiz que negocia uma composição de justiça.

As *Siete Partidas*, por sua vez, não são claras no que diz respeito aos magistrados dedicados à resolução dos conflitos internos dos judeus. É notório que os judeus possuem uma esfera jurisdicional na qual atuam, pois a lei 2 determina que “mansamente devem fazer vida os judeus entre os cristãos, guardando sua lei e não dizendo mal da fé de nosso senhor Jesus Cristo”.¹⁸

Ao contrário das Ordenações Afonsinas, que abordam constantemente questões criminais e cíveis – determinação de magistrados competentes para as esferas judaicas, de como o crime deve ser resolvido quando o conflito for entre judeus, de como os tabeliães judeus devem fazer suas escrituras –, as *Siete Partidas* não abordam claramente estes problemas.

As principais questões que permeiam o *corpus* documental - não somente as restritivas, mas também as de garantia jurisdicional à ordem judaica - têm cunho teológico. Assim, a lei 5 das *Siete Partidas* afirma que:

“Sábado es dia em que los judíos hacen sus oraciones y están quietos em sus posadas y no trabajan (...). Y porque tal dia como este son ellos obligados a

¹⁶ Ordenações Afonsinas, Livro II, Título LXXV: *De como os Judeos nom ham de levar armas quando forem a receber El Rey, ou fazer outros jogos.*

¹⁷ Ordenações Afonsinas, Livro II, Título LXXV: *De como os Judeos nom ham de levar armas quando forem a receber El Rey, ou fazer outros jogos.*

¹⁸ Las Siete Partidas, Setena Partida, Ley 2: *En que manera deuen fazer su vida los Judios entre los Christianos, e quales cosas non deuen usar, nin fazer segund nestra Ley; e que pena merescen los que contra ello fizieren.*

guardar según su ley, no los debe ningún hombre emplazar ni traer a juicio en él. Y por ello mandamos que ningún juez apremie ni constriña a los judíos en El día del sábado para traerlos a juicio por razón de deuda, ni los prenda ni les haga otro agravio em tal dia, pues bastante abundan los otros dias de La semana para constreñirlos (...) Y El emplazamiento que les hiciesen para tal dia no están obligados los judíos a responder.”¹⁹

Notamos, então, que os costumes religiosos deste povo lhes garantia uma esfera jurisdicional no que concernia à preservação de sua cultura. Esta mesma questão da observância do sábado judaico está presente nas Ordenações Afonsinas, no título LXXXX, onde se estabelece que:

“mandamos, e defendemos aas noffas Juftiças, que nom coftranguam os Judeos que aos Sabados, e aas Pafcoas fuas refpondam perante elles, nem dem reverias, nem sentenças contra elles, pofto que as dem, que nom valham, nem Fe faça per ellas eixecucom”²⁰

Outro aspecto interessante deste título é a punição aos próprios judeus caso fossem a juízo no dia de sábado, podendo ser presos por quinze dias, além de perderem as roupas para os meirinhos e alcaides.²¹

Entretanto, as *Siete Partidas* determinam exceções quanto a esta temática, aspectos que não foram mantidos pelas Ordenações Afonsinas. A primeira exceção é relativa ao caso de algum judeu ferir, matar, roubar ou cometer qualquer crime que fosse merecedor de castigos corporais. Em tal situação poderia receber o castigo no sábado.²² A segunda exceção refere-se ao fato de que da mesma maneira que os cristãos não poderiam levar judeus a juízo ou fazer-lhes acusações aos sábados, os judeus tampouco poderiam fazer o mesmo contra os cristãos, ainda que essa fosse sua vontade.

A questão jurisdicional, especialmente quando analisamos as *Siete Partidas*, não se restringe aos problemas práticos como almotaçaria e crimes de natureza criminal, mas também a questões de fé. Por “mais “odiosa” que fosse a fé judaica, as Ordenações

¹⁹ Las Siete Partidas, Setena Partida, Ley 5: *Quales omes son tenudos de emendar El engaño que otri fiziesse, viniedoles pro del.*

²⁰ Ordenações Afonsinas, Livro II, Título LXXXX: *Que o Judeo ao Sabado nom seja costringido responder em Juizo.*

²¹ Ordenações Afonsinas, Livro II, Título LXXXX: *Que o Judeo ao Sabado nom seja costringido responder em Juizo*

²² Las Siete Partidas, Setena Partida, Ley 5: *Quales omes son tenudos de emendar El engaño que otri fiziesse, viniedoles pro del*

Afonsinas determinam que “*nenhum Crisptaaõ nom coftranga os ditos Judeos per força, ou contra fua vontade*”.²³ Esta medida, embora dê indícios que apontam para a preservação dos costumes judaicos, também fornece elementos que revelam que, por meio desse ‘respeito’, protegia-se o próprio modelo cristão. Indivíduos convertidos, sem o verdadeiro convencimento, eram considerados mais perigosos à sociedade cristã, do que aqueles que perseveravam abertamente no judaísmo.

A mesma questão é abordada pela lei 6 das *Siete Partidas*. Ao invés de converter o infiel pela força, recomenda que isto seja feito com:

“Buenos ejemplos y com los dichos de las Santa Escrituras y com halagos los deben los cristianos convertir a La Fe de Jesuscristo, pues nuestro señor no quiere ni ama servicio que Le sea hecho por apremio.”²⁴

As *Siete Partidas* diferem das Ordenações Afonsinas, ao detalharem mais o processo de conversão. Os títulos das Ordenações especificam apenas a proibição da conversão forçada, ao passo que as *Siete Partidas* revelam, por exemplo, modalidades da conversão, como a premiada, pela qual os judeus convertiam-se ao cristianismo por dinheiro ou outras recompensas. Apesar da diferença de detalhes entre os dois *corpora*, a penalização ao delito é a mesma. Além disso, o princípio orientador aplicado nas Ordenações Afonsinas é mantido tal como nas *Siete Partidas*: delimita-se a esfera jurisdicional, não para preservar a cultura judaica, mas como forma de precisar a correção do modelo cristão. A exceção confirma a regra.

2.2 Mouros

Nesta seção abordaremos a esfera jurisdicional referente ao grupo mourisco nos dois *corpora* documentais, tal como fizemos com relação aos judeus. Ao analisar as *Siete Partidas* deparamo-nos novamente com um discurso mais teológico e filosófico. São poucas as leis dedicadas às questões concretas do dia a dia, da convivência entre mouros e cristãos. Em sua maioria, os títulos referem-se às questões de natureza teológica, explicando a origem do povo sarraceno e as diferenças internas de sua religião.

O aspecto que chama a atenção de quem lê a documentação é o fato de que são poucos os títulos referentes à delimitação de fronteiras jurisdicionais do grupo mourisco.

²³ Ordenações Afonsinas, Livro II, Título CXVIII: *Que nom façam tornor Mouro Chrisptaaõ contra su vontad. Pág. 561*

²⁴ Las Siete Partidas, Setena Partida, Ley 6, *De los Moros: Que pena meresce El Christiano, o La Christiana, que son casados, si se tornare alguno dellos Judio, o Moro, o Hereje.*

Entretanto, na mesma medida que são poucos os títulos sobre a esta questão, são igualmente raros aqueles que se referem aos processos restritivos.

As Ordenações Afonsinas, por sua vez, com seu caráter pragmático, dedicam vários títulos referentes à estrutura jurídica que garantia aos mouros uma esfera jurisdicional. Mas os temas sobre esta questão não são específicos do grupo dos mouros, estendendo-se também à legislação aplicada aos judeus.

No que diz respeito às atribuições do magistrado responsável pela comuna moura, o título LXXXXVIII esclarece:

“ e fe os ditos mouros de pois ouverom alguãs liberdades pelos Reyx, que ante nós foram, acerca do dito foro, que ufem dellas, affy como ataaqui fempre ufarom E quanto he AA jurdiçom, que per Ella he dada aos Alquaides dos Mouros, mandamos que aja lugar geeralmente em todos los Communs dos Mouros forros dos noffos regnos”²⁵.

A equivalência à qual nos referíamos acima é perceptível quando comparamos o conteúdo desse título ao do LXXI, dedicado aos judeus, que aborda a mesma problemática. Muda-se apenas o grupo, porém a lógica e a essência do título são mantidas.

Ainda relacionado com a questão da delimitação dos magistrados responsáveis pela jurisdição mourisca, o título CI destaca aspectos interessantes no que diz respeito à configuração das relações entre mouros e o rei:

“e que em todas as contendas, que entre elles ouuer, feião julgados pelos direitos da fuá Ley; e bem affy pelos ufos, e coftumes, que entre fy ateequi ufarom e coftumarom. (...) Pero queremos, e mandamos, que em todos los cafos fobre ditos, e em quaaefquer outros de qualquer condiçom que fejam, fempre fique a appelaçom, e o agravvo reguardado pera nós, e pera os noffos Officiaaes(...)”²⁶.

Os mouros, portanto, viviam sob suas leis e costumes. Mas em caso de contenda com cristãos, ou mesmo quando da ocorrência de conflitos entre os próprios mouros que resultassem em impasses jurídicos, o monarca e seus oficiais constituíam a última instância de apelação.

²⁵ Ordenações Afonsinas, Livro II, Título LXXXXVIII: *Da Jurdiçom, que os Mouros antre sy ham, assy no Civel, como no Crime.*

²⁶ Ordenações Afonsinas, Livro II, Título CI: *Que os Alquaides dos Mouros guardem em seus Julgados antre sy os seus direitos, usos e costumes..*

As *Siete Partidas*, como dito anteriormente, não são específicas quanto à atuação precisa dos magistrados e seus procedimentos. Entretanto, seu viés filosófico estende-se a alguns títulos das Ordenações Afonsinas. Quando se trata da preservação dos costumes religiosos dos mouros – fator este que não deixa de pertencer à delimitação das fronteiras jurisdicionais – os dois *corpora* possuem diversos aspectos em comum. A começar pelas *Siete Partidas*, podemos citar a lei nº 2, similar à aplicada aos judeus, ao proibir que “*que ninguno los apremie ni lês haga fuerza ninguna sobre esta razón.*”²⁷. O título CXVIII, das Ordenações Afonsinas, explicita a mesma proibição das *Siete Partidas* quanto à conversão forçada de mouros ao cristianismo.

O ponto mais interessante da análise comparativa entre as duas documentações no que tange aos mouros são as particularidades internas de cada *corpus*. As Ordenações Afonsinas, em um primeiro momento, dedicam-se aos títulos referentes aos judeus e posteriormente aos mouros. Os títulos e seus temas são quase idênticos alterando-se somente o grupo em questão. Existem poucas exceções a este padrão, como o título LXXXI, que proíbe os judeus de beberem em tavernas cristãs, e o título LXXXXVI, o qual proíbe os judeus de realizarem contratos ‘onzaneiros’ (usurários). Não são encontrados títulos equivalentes nos capítulos referentes aos mouros.

Portanto, salvo raras exceções, nas Ordenações Afonsinas encontramos aplicados aos judeus, os mesmos procedimentos jurídicos e as mesmas penas que se estipulavam para os mouros. Tal panorama é diferente nas *Siete Partidas*. Este *corpus* possui leis bastante específicas para cada um dos dois grupos, estabelecendo uma diferenciação.

As leis dedicadas aos judeus são de natureza mais “prática”, oferecendo maiores detalhes acerca da maneira como ocorriam as relações entre cristãos e judeus. As leis reservadas ao grupo mourisco, por sua vez, estão muito mais ligadas às questões de fé. Das nove leis que legislam sobre mouros nas *Siete Partidas*, sete reservam-se à discussão da questão da conversão de mouros ao cristianismo, e vice-versa. Em sua maioria, discutem quando as conversões são permitidas e de que maneira, acompanhadas de uma breve “explicação teológica”, como na lei 5, que aborda a situação de mouros que se convertem ao cristianismo e depois se reconvertem ao islamismo:

“Apóstata em latín tanto quiere decir em romance como Cristiano que se hizo moro, y despúes se arrepentió y se torno a La fe de los cristianos. Y porque tal

²⁷ Las Siete Partidas, Setena Partida, Ley 2: Como los Christianos com buenas palabras e non por premia, devem convertir los moros.

hombre como este es falso y escarnecedor de las leys, no debe quedar sin pena aunque se arrepienta.”²⁸

Os documentos, por serem de natureza consuetudinária, oferecem, direta ou indiretamente, por meio de seus títulos e leis, indícios de como se organizava a estrutura da sociedade ibérica e suas questões mais relevantes. Portanto, da leitura das *Siete Partidas* não podemos concluir que por falta de leis mais pragmáticas a respeito da magistratura e da organização jurídica do grupo dos infiéis, esta seja uma documentação mais “incompleta” do que as Ordenações Afonsinas.

Durante este capítulo procuramos evidenciar que a delimitação de fronteiras jurisdicionais é uma das maneiras pelas quais a cabeça política governa, com o intuito de proteger o modelo cristão; trate-se de cristãos, propriamente ditos, ou de grupos infiéis. As questões de conversão são de extrema relevância para a proteção deste modelo político, pois, como dito no referente aos judeus, ao proibir a conversão forçada não se está protegendo somente os mouros, mas, principalmente, a ‘verdadeira’ fé.

²⁸ Las Siete Partidas, Setena Partida, Ley 5: *Que pena meresce El Christiano que se tornare Moro, maguer se arrepienta despues, e se tornare a La nuestra fe.*

Capítulo III

Restrições ao outro para proteger o corpo cristão.

Este capítulo é dedicado essencialmente à questão da restrição comportamental aplicada aos grupos mourisco e judaico, na sociedade ibérica medieval. Vimos no capítulo anterior, que estes grupos gozavam de foro privilegiado em determinados casos, fato que lhes garantia uma esfera jurisdicional de autonomia relativa. Constatamos, de maneira específica que estes grupos não podiam ser constrangidos e nem forçados a se converterem à fé cristã (apesar de existirem episódios de conflitos entre as partes ao longo do medievo como bem ilustra Baschet)²⁹, nem eram obrigados a comparecer em julgamentos nos dias santos de sua fé e tinham direito a receber justiça de seus próprios magistrados e do rei cristão.

Entretanto, apesar de todos os direitos com as quais mouros e judeus eram ‘agraciados’, não podemos afirmar que viviam em uma situação privilegiada, marcada pelo respeito a seus costumes e tradições. Como ressalta Eduardo Manzano³⁰, mesmo nas principais cidades medievais ibéricas, famosas na historiografia pela convivência “pacífica” entre as três culturas - sobretudo Toledo - não existia o respeito pela cultura do outro, mas sim uma tolerância.

António Manuel Hespanha, ao abordar a questão da identidade portuguesa discute a presença de mouros e judeus na Península Ibérica a partir da definição de *Respublica Christiana*. Ou seja, “uma identidade que se manifestava positivamente no sentido da unidade da república dos crentes, quotidianamente veiculada na liturgia, na pregação, na organização eclesial ou, mesmo, na ordem processual canónica, pois de todo o orbe católico se podia apelar para o papa. Negativamente, este sentimento de identidade promovia a recusa de tudo o que fosse estranho ou adverso à comunidade católica, desde os pagãos, ou infiéis, aos judeus ou aos herege.”³¹

Portanto, devemos partir da premissa de que a maneira como se ordenam mouros e judeus no cenário urbano ibérico é notadamente complexa; ao mesmo tempo em que gozam de relativa autonomia jurisdicional são também perseguidos e apartados. Como veremos

²⁹ Em sua obra, Baschet enumera casos de perseguições sistemáticas aos grupos judaicos. Toma como exemplo a perseguição aos judeus em 1348 (judeus acusados de terem causado a peste), as insurreições populares contra os judeus em 1391 em Castela e Aragão e sua derradeira expulsão em razão de decreto dos Reis Católicos em 1492.

³⁰ MANZANO MORENO, Eduardo. *Historia de España: Épocas Medievales*. Barcelona: Ed. Critica, 2010.

³¹ SILVA, Ana Cristina N. A identidade portuguesa. In: HESPANHA, *op. cit.*, p. 18-37.

adiante, é determinado por legislação que utilizem sinais com os quais possam ser identificados, que vivam em moradias pré-definidas e tenham horário específico de circulação pela cidade.

Ponto extremamente relevante para a análise deste tópico encontra-se fundamentado na assertiva de Jérôme Baschet³², quando afirma:

Durante muito tempo considerou-se que a Idade Média conheceu apenas o antijudaísmo, que se aplicava aos judeus como assassinos do Cristo (...) diferentemente do antisemitismo moderno, ideologia laica fundada sobre um critério racial. Ao que tudo indica, a Idade Média ignora a noção de raça (...) e é antes a constituição da cristandade como totalidade unificada que leva então à rejeição dos judeus, enquanto não-cristãos e não como povo julgado inferior.

Esse quadro de restrição habitacional pode ser visto na Ley II, da Sétima Partida, dedicada à maneira como os judeus devem organizar sua convivência com os cristãos e o que não está permitido de acordo com a lei cristã. Acerca do comportamento dos judeus na sexta-feira santa, a lei ordena:

Otrosí prohibimos que el dia del Viernes santo ningún judio no sea osado de salir de su barrio, mas que estén allí encerrados hasta El sábado en La mañana. Y si contra esto hicieren, décimos que del daño y de La deshonra que de los cristianos recibiesen, entonces no deben tener ninguna enmienda³³.

Esta lei interessa-nos sob dois aspectos. Primeiro, por dizer respeito aos detalhes culturais característicos da sociedade em questão, dos quais faz parte o imaginário criado em torno dos “infiéis”, o que leva os legisladores a determinarem a reclusão dos judeus durante a sexta-feira santa. Evidentemente, faz-se referência à autoria étnica dos assassinos do Cristo, mas insinua-se outro detalhe importante que é a associação entre a visibilidade dos judeus nessa data e a desonra que o ato provocaria nos cristãos. O trecho abaixo insiste nessa situação ao dizer que os oficiais régios ouviram dizer que:

en algunos lugares los judíos hicieron y hacen El dia del Viernes santo memoria de La pasión de nuestro señor Jesucristo en manera de escárnio, hurtando los niños y poniéndolos en cruz o haciendo imágenes de cera y

³² BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal*: do ano 1000 à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006, p. 237.

³³ Siete Partidas. Setena Partida, Titulo XXIV, Ley II: Em que manera deuen fazer su vida los Judios entre los Christianos, e quales cosas non deuen usar, nin fazer, segund nuestra Ley; e que pena merescen los que contra fizieren, p.482.

crucificándolas cuando los niños no pueden tener, mandamos, que si fama fuere de aqui em adelante que en algún de nuestro señorío tal cosa sea hecha ³⁴.

O segundo aspecto a destacar da Lei II refere-se à linguagem jurídica. Diferentemente das Ordenações Afonsinas, mais pragmáticas em suas proposições, as Partidas não dedicam muitas linhas à justificação das penas aplicadas a mouros e judeus. Já a estrutura geral dos títulos afonsinos, quando abordam os casos de restrição, no que concerne à sua linguagem e organização interna, apresentam uma estrutura básica de anúncio da norma, seguida da anúncio da pena caso a norma seja descumprida. As *Siete Partidas*, por sua vez, além de recorrerem à mesma estratégia, dedicam trechos de suas leis à explicação da natureza odiosa de mouros e judeus, justificando, assim, as medidas restritivas aplicadas.

É possível observar essa diferença de abordagem no título LXVIII das Ordenações Afonsinas, que trata dos judeus que arrendam os benefícios de igrejas e mosteiros. O título enuncia:

...que os Judeos deftes Regnos Fe metem a arrendar os dízimos, e ofertas das Igrejas aos Prelados, Abbades, e Priores, Meefres, e Comendadores vindo aas Igrejas, e recebendo hi effas ofertas e eftando em ellas em quanto Fe rezam as Oras, e celebra ho Officio Divino, e fervindo em alguus Lugares, e aminiftrando os Altares, do que naceo per vezes grande efcandalo antre o Povoo, e os Clerigos, por feer coufa tão deshonesto, e que aos fiees Chrifptaos tanto he d'avorrecer.(...) mandamos que pague por cada vez que o fezer cinquenta mil libras, e aalem defto feja açoutado publicamente ³⁵.

Sem dúvida, o relato configura um problema jurídico complexo: o arrendamento das rendas de igrejas por judeus. Mesmo sendo uma questão que hoje em dia se poderia classificar como 'absurdo jurídico', a estrutura do texto é mantida. A enunciação do ato, seguida do anúncio da norma de proibição e, posteriormente, da pena em caso de descumprimento.

Nas *Siete Partidas*, entretanto, é possível encontrar uma breve introdução esclarecedora, acerca do nome "judeu" e da história deste povo:

³⁴ *Idem*.

³⁵ Ordenações Afonsinas, Livro II, Título LXVIII, "*Que os Judeos nom arrendem Igrejas, nem Moesteiros, nem as rendas delles*". p. 429

...uma maneira de homens que, aunque no creen en La Fe de nuestro señor Jesucristo(...) los grandes señores cristianos siempre sufrieron que vivesen en entre ellos. (...), queremos aqui decir de los judíos que contradicen y denuestan su hecho santo que El hizo quando envio a sua hijo para salvar a los pecadores³⁶.

Na Ley 1 acrescentam-se as razões pelas quais os judeus devem viver em cativerios:

“(...) y La razón por La que La Iglesia y los emperadores y los reyes otros príncipes sufrieron a los judíos vivir entre los cristianos es esta: porque ellos viviesen como em cautiverio para siempre y fuesen memoria a los hombres que ellos vienen de linaje de aquellos que crucificaron a Jesucristo”.³⁷

Portanto, nota-se que as *Siete Partidas*, em relação às Ordenações Afonsinas, recorrem com muito mais frequência às questões teológicas com o intuito de justificar a situação de restrição e exclusão em que viviam os judeus. A seguir, veremos detalhadamente alguns exemplos de mecanismos de exclusão aplicados tanto a judeus, como a mouros.

3.1 Vestimentas

O cristianismo é notadamente uma religião de ordenamento comportamental. Isto significa dizer que não é somente uma religiosidade, uma conexão entre o plano material e o plano divino. Como já referido, seus preceitos e aplicações na sociedade medieval estão diretamente relacionados com o ordenamento dos espaços públicos e privados e à promoção de um modelo comportamental.

Quando as leis – Ordenações Afonsinas e as *Siete Partidas* – estabelecem medidas de restrição comportamental para apartar mouros e judeus dos cristãos, elas não estão somente excluindo-os devido à sua natureza “odiosa”. A identificação negativa do outro é também uma estratégia para reforçar o correto modelo comportamental a observar: o cristão. Portanto, negar a todo o momento a religião e o *modus vivendi* destes grupos é uma maneira de ordenar a vida dos cristãos para estes perceberem o que é lícito ou o que não é lícito fazer.

³⁶ Siete Partidas. Setena Partida, Titulo XXIV. *De los Judíos*, p. 129

³⁷ Siete Partidas. Setena Partida, Titulo XXIV. *Ley I*, “*Que quiere dezir Judio, e de donde tomo este nome de Judio*”, p. 481.

O tema da vestimenta é, neste sentido, de extrema importância para a compreensão do ordenamento do espaço público, em que se encontravam mouros, judeus e cristãos. Esses “infiéis” eram obrigados a andar em público devidamente vestidos, de maneira que os cristãos reconhecessem facilmente as respectivas identidades. As *Siete Partidas* são bastante claras no que se refere aos motivos pelos quais eles devem usar vestimentas apropriadas, como explicita a Ley 11:

Muchos yerros y cosas desaguisadas acaecen entre los cristianos y las judías y las cristianas y los judíos porque viven y moran juntos en las villas y andan vestidos los unos así como los otros. Y por desviar los yerros y los males que podrían acaecer por esta razón, tenemos por bien que todos cuantos judíos y judias(...), que traigan alguna señal cierta sobre suyas cabezas(...), y que sea tal por La que conozcan las gentes manifestamente cuál es judío o judía³⁸.

Quando a lei acima diz que “muchos yerros y cosas desaguisadas acaecen entre los cristianos y las judias(...) porque viven y moran juntos em las villas(...)” é possível perceber a necessidade de mouros e judeus andarem devidamente identificados. Era um perigo para o corpo cristão, que pessoas de natureza “tão odiosa” andassem entre eles de maneira dissimulada. Estas desordens eram vistas como ameaças ao modelo cristão, portanto era mister que essas pessoas fossem devidamente “marcados” para que os cristãos soubessem com quem estavam lidando.

De acordo com Baschet, no século XIII, o distanciamento (entre judeus e cristãos) acentua-se e o Concílio de Latrão IV prescreve o uso de vestimentas distintivas para os judeus, justificadas principalmente pela necessidade de evitar que os cristãos fossem induzidos, por ignorância, a uniões carnavais ilícitas.³⁹

Esta mesma abordagem, que insiste sobre a necessidade do caráter público da natureza dos judeus também se encontra nas Ordenações Afonsinas, onde se afirma que os judeus do senhorio do rei de Portugal, “pela maior parte, não traziam sinais quais deviam trazer e outros, traziam cobertos ou baixos em tais lugares, o que era grande perigo e dano ao povo”⁴⁰.

³⁸ Siete Partidas. Setena Partida, Título XXIV. Ley 11 “ Como los Judíos deuen andar señalados, porque los conozcan”, p.486.

³⁹ BASCHET, *op. cit.*, p. 238.

⁴⁰ Ordenações Afonsinas, Livro II, Título LXXXVI. “Que os judeos tragam sinaes vermelhos”, p. 500.

Além disso, as Ordenações Afonsinas apresentam uma diferença em relação às *Siete Partidas*: elas são um pouco mais específicas no que se refere à regulamentação das vestimentas, mas dos mouros. O título CIII precisa as vestimentas que estes deveriam usar:

... os trajos, que os ditos Mouros devem de trazer(...) teemos por bem, e mandamos, que trazendo os ditos Mouros os ditos albernozes, affy como fempre trouverom(...) ou capuzes em cima de fess veftidos, ou balandraaos, ou trazendo fuás aljubas, que lhes nom fejam coutadas as ditas roupas, nem fejam por ello prefos ⁴¹.

Algo a apontar em relação aos dois *corpora* documentais é o fato de que nas Ordenações Afonsinas os títulos restritivos referentes aos mouros são muito mais numerosos do que os das *Siete Partidas*. Os títulos e leis das *Partidas* aplicados a este grupo são quase todos dedicados ao processo de conversão de mouros ao cristianismo e de cristãos ao islã – destacando sempre a deplorável condição do cristão que adote tal atitude e as respectivas penas. Exemplo são os próprios títulos referentes à vestimenta. Os judeus são objeto de leis a respeito da vestimenta tanto nas Ordenações Afonsinas quanto nas *Siete Partidas*, enquanto os mouros apenas são abordados sobre este quesito no primeiro *corpus*.

3.2 Moradia e convivência nos espaços públicos

A moradia é um dos principais pontos que restringem a vida de mouros e judeus. Talvez possamos dizer que é o elemento mais significativo dos títulos e leis dos dois *corpora*, referentes aos métodos de exclusão aplicados a estes grupos.

Tal como em relação à vestimenta, os títulos que dizem respeito à moradia dos mouros nas *Siete Partidas* não são tão específicos quanto os das Ordenações Afonsinas. Nas *Partidas* existem alguns indícios deste apartamento que podem nos dar idéias gerais acerca da maneira como estes grupos eram ordenados no espaço urbano de Leão e Castela, no século XIII. A lei número 1, do título XXV, dedicado aos mouros é clara ao determinar,

...que deben vivir los moros entre los cristianos en aquella misma manera que dijimos em El título antes de este que lo deben hacer los judíos: guardando su

⁴¹ Ordenações Afonsinas, Livro II, Título CIII. “Dos trajos, que hão de trazer os Mouros”. Pág.536

ley y no denostando La nuestra. Por esto en las villas de los cristianos no deben tener los moros mezquitas ni hacer sacrificios publicamente ante los hombres⁴².

É perceptível na lei, além da questão da ordenação que regulamenta como os mouros devem se comportar nos espaços públicos, a questão da esfera jurisdicional, a qual lhes garantia autonomia relativa. Autonomia relativa, pois apesar de possuírem magistrados para a resolução de contendas internas do grupo, ainda eram súditos do rei e não estavam imunes às suas decisões. Isto é perceptível nesta mesma lei quando o legislador determina que as mesquitas que existiam antigamente devem ser do rei, podendo doá-las a quem quisesse⁴³.

As Ordenações Afonsinas, por sua vez, são precisas na regulamentação da moradia dos mouros. O título CII é categórico ao relembrar a memória de Dom João, o qual

ordenou e mandou, que todos los Mouros forros de feus regnos, e Senhorio viveffem em Mourarias apartadamente, fora da companhia, e conferfaçom dos Chrifptaaõs; e Fe em alguus lugares nom ouveffe Mourarias apartadas, ou foffem taõ pequenas, em que todos nom podeffem caber, mandou que lhe fofem acrefcentadas em aquelles lugares(...)⁴⁴.

Além da precisão da letra da lei aplicada ao grupo indesejado, o título CII é interessante pois reproduz um recurso que é largamente utilizado nos diversos títulos aplicados aos mouros e aos judeus nas Ordenações Afonsinas. O legislador em dois momentos do título coloca mouros e judeus em situações de equivalência. Isto era feito com o propósito de ignorar as diferenças desses grupos e colocá-los no mesmo patamar; nada mais era do que um recurso por meio da negação das diferenças entre eles ressaltar a preponderância do modelo cristão. É possível notar isso neste título quando se afirma que a lei deve ser mantida assim e pela maneira, que é ordenado, e estabelecido acerca do apartamento dos judeus.⁴⁵ Esta estratégia é recorrente ao longo dos títulos restritivos aplicados aos mouros, como no título CIII, o qual regulamenta o fechamento das portas das mourarias, depois que soasse o sino da igreja da Trindade:

⁴² Siete Partidas. Setena Partida, Título XXV. Ley 1, “Onde tomo este nome moro, e quantas maneras son dellos; e en que manera deuen vivir entre los Christianos”, p. 486.

⁴³ Siete Partidas. Setena Partida, Título XXV. Ley 1, “Onde tomo este nome moro, e quantas maneras son dellos; e en que manera deuen vivir entre los Christianos”, p.486.

⁴⁴ Ordenações Afonsinas, Livro II, Título CII, “Que os Mouros vivam em Mourarias apartadas dos Chrifptaaõs”, p. 535.

⁴⁵ Ordenações Afonsinas, Livro II, Título CII, “Que os Mouros vivam em Mourarias apartadas dos Chrifptaaõs”, p. 535.

...mandou, que as portas das Mourarias foffem çarradas, tanto que tangeffem o fino da Trindade, com certas claufulas e pena aos Mouros, que defpois do dito tempo foffem achados fora das Mourarias, affy e pela guifa, que per elle foi hordenado acerca dos Judeos em tal cafo⁴⁶.

Os judeus, por sua vez, têm sua presença no espaço público mais amplamente delimitada pelas *Siete Partidas*. Como exposto no início deste subtítulo, existe uma justificativa teológica para a restrição sofrida pelos judeus. Esta condição está diretamente ligada ao fato destes terem sido os responsáveis pela crucificação de Jesus Cristo, como dito no início da Ley de número I, do título XXIV. Ainda por este motivo, os judeus foram alvo de perseguição, pois

“antiguamente los judíos fueran muy honrados y tenían muy gran privilegio sobre todas las otras gentes, pues ellos tan solamente eran llamados pueblo de Dios. Mas porque fueron desconocedores de aquel que los había honrado(...) y em lugar de hacerle honra, deshonoráronlo, dándole muy vil muerte em La cruz(...) por tan gran yerro perdiesen por ello los privilégios que tenían, de manera que ningún judio nunca tuviese jamás lugar honrado(...)”⁴⁷.

O caso dos judeus recebe maior atenção das *Partidas*, marcado por uma intensidade restritiva muito maior do que os mouros. Quando se aborda a questão do funcionamento das mesquitas, apenas se ressalta que o rei as pode tomar quando bem entender e que são proibidas de realizarem sacrifícios públicos.

Já as sinagogas são objeto de maior atenção do legislador na Ley 4, onde se proíbe a sua existência em qualquer lugar do senhorio régio, a menos que o monarca decida o contrário. Entretanto, as antigas que por ventura necessitassem de reparação poderiam ser refeitas, mas sem acréscimos ou embelezamento. A sinagoga que de outra maneira fosse feita, reverteria à “Igreja Maior” do local onde a fizeram, e os judeus perderiam seu direito⁴⁸.

Ainda em relação à convivência de judeus e cristãos, as *Siete Partidas* são irredutíveis, como na Ley 8:

⁴⁶ Ordenações Afonsinas. Livro II, Título CIII: “De como as portas das Mourarias devem feer çarradas ao fino da Trindade, p. 540.

⁴⁷ Siete Partidas. Título XXIV, Ley 3: “Que ningun Judio non puede auer ofici, nin dignidad, para poder apremiar a los Christianos”, p.482

⁴⁸ Siete Partidas. Título XXIV, Ley 4: “Como pueden auer los Judios Synoga entre los Christianos”, p. 483.

prohibimos que nungún Cristiano ni Cristiana convide a judio ni a judia ni reciba otrosí convite de ellos para comer, ni beber juntos, ni beba del vino que es hecho por mano de ellos, Y aun mandamos que ningún judio sea osado de bañarse en baño junto con los cristianos (...) que ningún Cristiano reciba medicina ni purga que sea hecha por mano de judio⁴⁹.

As Ordenações Afonsinas também dedicam uma série de títulos à restrição comportamental dos judeus em espaços públicos. Um título bastante curioso referente ao ordenamento do espaço público é o XCI, que proíbe os judeus de beberem em tavernas cristãs:

“(...) que todo Judeo, que na taverna Chriftenga bebeffe, pagaffe cinquenta reaes brancos.(...) honde ouver Comunas de Judeos, em que Fe venda vinho atavernado; ca honde nom ouver taverna de Judeos, em que Fe venda vinho Judengo atavernado⁵⁰.

Entretanto, um dos títulos mais significativos em relação aos processos restritivos sofridos pelos judeus, é o que determina o apartamento do grupo em judiarias, neste título LXXVI o rei comunica que:

...nós avemos per informaçom, que em aluug Lugares dos noffos Regnos os Judeos, que hi há, nom vivem todos apartadamente em fuás Judarias, fegundo he ordenado per nós (...) e que andam de noite aas deforas das ditas Judarias(...) que todolos Judeos Fe vaaom morar dentro nas Judarias, que lhes fom apartadas ataa certos dias convinhavees: e que outro fy defpois que for noite nom faiam fora de fuás Judarias⁵¹.

Retomamos aqui o perigo que tal conduta representava para o modelo cristão, o fato de os judeus estarem vivendo, como diz o trecho, “entre os cristãos”. Isto é, judeus vivendo entre cristãos como se fossem cristãos. Não estamos afirmando que estes judeus eram necessariamente *cryptos-judeus*, pois a documentação não nos oferece indícios acerca de seus ritos religiosos, mas provavelmente viviam entre os cristãos, sem os sinais que os deviam caracterizar.

⁴⁹ Siete Partidas. Título XXIV, Ley 8: “*Como ningund Christiano, nin christiana, non deuen fazer vida com Judio.*”

⁵⁰ Ordenações Afonsinas. Livro II, título LXXXI: “*Do Judeo, que bebe na taverna*”, p.510

⁵¹ Ordenações Afonsinas. Livro II, título LXXVI: “*De como os judeos ham de viver em Judarias apartadamente*”.

Outro trecho do mesmo título recomenda que os oficiais sejam diligentes e atentos, de maneira que o serviço de Deus e o do rei seja nele guardado⁵². É notável que as medidas restritivas aplicadas a estes grupos não se justificavam somente por fatores teológicos de negação da religião do outro, mas que também serviam como maneira de ordenamento social. Judeus imiscuídos no seio da sociedade cristã não era somente um crime contra o outro, mas sim um crime contra o modelo cristão.

Percebemos que as leis aplicadas aos judeus, no caso das *Siete Partidas* são muito mais severas e detalhadas do que as aplicadas aos mouros. As Ordenações Afonsinas possuem um determinado grau de equivalência. Para cada título destinado aos judeus há um equivalente para os mouros.

⁵² *Idem.*

Conclusão

O primeiro ponto a ser observado como resultado do trabalho diz respeito às diferenças básicas entre os dois corpos normativos. As documentações estudadas, apesar da influência clara das *Siete Partidas* sobre as Ordenações Afonsinas, apresentam organização e configuração distintas. As Ordenações Afonsinas são, à primeira vista, mais pragmáticas, as leis possuem estruturas formais melhor definidas e contam com situações normativas de cunho mais concreto. As *Siete Partidas*, por sua vez, possuem natureza mais teológica, com trechos doutrinários, embora acabem por se referir aos mesmos problemas que atingiam a ordem do corpo.

A escolha das documentações foi de fundamental importância para a pesquisa e para percebermos a complexidade da convivência de mouros, judeus e cristãos na Península Ibérica. Isto porque uma vez que as Ordenações Afonsinas traduzem as situações concretas vivenciadas pelos mouros e judeus no espaço urbano ibérico, as *Siete Partidas*, por sua vez, oferecem os princípios teológicos e políticos que orientaram as Ordenações Afonsinas dois séculos depois.

O percurso deste trabalho permitiu uma reflexão crítica sobre as diferentes formas de olhar para o passado, e como isso afeta a construção do objeto de estudo. A princípio, nosso objetivo centrava-se em encontrar nos documentos a compreensão dos métodos de segregação aplicados a mouros e judeus. Buscávamos nas Ordenações Afonsinas e nas *Siete Partidas*, o que ‘já sabíamos’, o que a historiografia já tinha cimentado. Entretanto, a leitura da totalidade dos dois *corpora* levou-nos à constatação de diferentes variáveis e problemas. Foi possível perceber que a estrutura interna da documentação se organizava em duas divisões físicas. Os títulos referentes aos *indesejados* dividiam-se *grossa modo* em títulos referentes aos métodos de segregação, penas e estratégias que limitavam a convivência do mouro e do judeu na comunidade cristã; e títulos que reconheciam as fronteiras jurisdicionais que davam direitos a esses mesmos grupos. As questões iniciais que estávamos pré-dispostos a encontrar estavam de fato na documentação, entretanto, elas estavam acompanhadas de leis complementares. Embora fosse possível constatar a existência de leis restritivas aos mouros e judeus, existiam em contrapartida leis que lhes garantiam direitos e autonomia.

Como apontado ao longo do trabalho, uma série de leis restringiam a presença destes grupos nos ambientes urbanos. Estes títulos determinavam onde deveriam morar, o horário de circulação pelos centros urbanos, a proibição de frequentar tavernas cristãs,

regulamentação de vestuário e proibição de casarem com cristãos. O espaço urbano é de fundamental importância para o cenário medieval, de modo que ele é “palco político”, é o lugar onde ocorrem as representações de poder.

A regulamentação física exercida pelo poder régio sobre estes grupos não é feita somente com propósitos punitivos, dada a natureza *gentia* de mouros e judeus. As assertivas teológicas das *Siete Partidas* nos conduzem por um caminho perigoso em um primeiro momento. Somos levados a crer, por esta leitura inicial, que os judeus e os mouros são alvos de medidas segregacionistas única e exclusivamente devido ao fato de não serem cristãos. Porém, a leitura total da documentação e a compreensão da natureza *modelar* do cristianismo, nos leva a compreender esse discurso de outra maneira.

O cristianismo não é somente uma religiosidade, uma conexão entre o plano material e o plano divino. Ele possui natureza modelar, que ordena e determina aos fiéis um modelo de comportamento a seguir. Uma das estratégias do ordenamento cristão é a negação do outro. Demonstra-se por meio de leis restritivas e estratégias jurídicas que o modelo seguido por mouros e judeus é errado; a partir da negação do outro modelo, reforça-se o próprio.

A interpretação das leis restritivas baseada somente no ‘caráter odioso’ dos ditos grupos, deixa lacunas explicativas. Se as leis segregacionistas existem somente porque mouros e judeus são odiados, como explicar que se lhes reconheça direitos e se lhes conceda autonomia? Como explicar o direito dos judeus de observarem o sábado, inclusive submetendo a esse privilégio os interesses da justiça régia cristã? Porque se proibida a sua conversão forçada ao cristianismo? Se as leis que regulavam esses grupos fossem somente baseadas em princípios teológicos cristãos, não lhes seriam garantidos quaisquer direitos. Eles seriam implacavelmente perseguidos e exterminados, como em outros momentos da história.

O modelo corporativo, que orientava a ordenação da sociedade medieval ibérica, revelou-se extremamente útil para entender também a dinâmica daqueles que, por essência, estavam “fora do corpo”. Mouros e judeus não eram cristãos e, portanto, não pertenciam à cristandade (corpo político dos cristãos). Porém, tanto as *Siete Partidas*, quanto as Ordenações Afonsinas, quando se referem a esses grupos, o fazem recorrendo a uma lógica corporativa. Assim, por exemplo, o poder régio garante aos mouros e judeus o que lhes era de direito; caso estes achassem que tinham sido lesados, poderiam recorrer ao monarca requerendo graça, mercê ou revisão de pena. Os mouros e judeus constituíam corpos

políticos não-cristãos na sociedade ibérica medieval, ou, pelo menos, é desta forma que o discurso político da monarquia cristã explica sua existência.

Do mesmo modo que a delimitação de fronteiras jurisdicionais confere aos mouros e judeus autonomia relativa, ela protege o modelo cristão. A proibição da conversão forçada é caso exemplar, pois garante ao *infidel* a manutenção de sua jurisdição e ao mesmo tempo, preserva o cristianismo de fiéis convertidos à força, que não possuíam a ‘verdadeira’ fé.

Finalmente, concluímos então com este trabalho que a presença de mouros e judeus na Península Ibérica se ordenou de maneira mais complexa do que a historiografia tradicional interpretou. Apresentados sobretudo como alvos de perseguição, tais grupos detinham direitos e autonomia no que se refere à preservação e reprodução de seu próprio corpo. Existiam esferas jurisdicionais dentro das quais atuavam e que lhes garantiam o estatuto de corpo político nesta sociedade corporativa.

REFERÊNCIAS

1. Fontes primárias

Las Siete Partidas. Disponível em: <<http://fama2.us.es/fde/lasSietePartidasEd1807T1.pdf>>. Acesso em 15/nov/2011.

Ordenações Afonsinas. Disponível em: <<http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/afonsinas/l2ind.htm>>. Acesso em 10/nov/2011.

Chancelarias Portuguesas. D. João I, vol. I, tomo I. 1ª edição – 2004. vol I, tomo I.

2. Bibliografia

BASCHET, Jérôme. *A civilização feudal: do ano 1000 à colonização da América*. São Paulo: Globo, 2006.

BENDIX, Reinhard. Max Weber: Das Werk. Darstellung, Analyse, Ergebnisse. Trad. do original em inglês para o alemão por Renate Rausch. München: Piper, 1960.

CAETANO, Marcello. *História do direito Português*. Lisboa: Editorial Verbo, 1985, p.507. Disponível em: <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pdf5/texto2.pdf>. Acesso em: 02 set 2011.

HABERMAS, Jürgen. *Theorie des Kommunikativen Handelns*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1988. v. 1.

HESPANHA, António Manuel. *As vésperas do Leviathan*. Instituições e poder político em Portugal (séc.XVII). Coimbra: Almedina, 1994

HESPANHA, António Manuel (coord.) *O Antigo Regime (1620-1807)*. História de Portugal dir. José Mattoso, vol. IV, Lisboa, Círculo de Leitores, 1993. Disponível em: http://www.reocities.com/rosapomar/fichas/hespanha_antigo.pdf

MACEDO, José Rivair de. *Os sinais da infâmia e o vestuário dos mouros em Portugal nos séculos XIV e XV*. Disponível em: <http://www.pem.ifcs.ufrj.br/sinais.pdf>

MANZANO MORENO, Eduardo. *Historia de España: Épocas Medievales*. Barcelona:Ed. Critica , 2010.

SILVA, Ana Cristina Nogueira da; HESPANHA, A. M. - «A identidade portuguesa». Disponível em: http://www.reocities.com/rosapomar/fichas/hespanha_antigo.pdf

SILVA JÚNIOR, Waldomiro L. *Apontamentos sobre a tradição legal portuguesa a respeito da escravidão negra na América*. Disponível em: <http://www.labhstc.ufsc.br/pdf2007/63.63.pdf>